

RECLAMAÇÃO Nº 37.038 - AM (2018/0323999-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : **PATRI ONZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
ADVOGADOS : **ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO - AM002847**
JORGE YAMANISKI FILHO E OUTRO(S) - SP068997
INGRYD DOS SANTOS MOUSSE - AM008304
RECLAMADO : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO AMAZONAS**
INTERES. : **TEREZA DA CONCEICAO ALHAIS MACHADO**
ADVOGADOS : **CARLOS CÉSAR ANDRADE NEGREIROS - AM007890**
ROZIANE LOPES BRAGA BARROS - AM006590

EMENTA

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. RECLAMAÇÕES AJUIZADAS CONTRA ACÓRDÃOS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. JULGAMENTO QUE DEVERÁ SER REALIZADO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, POR SUAS CÂMARAS REUNIDAS OU SEÇÕES ESPECIALIZADAS, CONFORME DECIDIDO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ NA QUESTÃO DE ORDEM NOS AGRG'S NAS RCL'S N. 17.980/SP E 18.506/SP. ORIENTAÇÃO MATERIALIZADA COM A EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3, PUBLICADA EM 8/4/2016. PERMANÊNCIA NO STJ APENAS DAS RECLAMAÇÕES QUE JÁ HAVIAM SIDO DISTRIBUÍDAS.

Reclamação não conhecida, ordenada a sua devolução ao Tribunal de Justiça do Amazonas.

DECISÃO

Trata-se de reclamação contra acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Amazonas, protocolizada no Tribunal local em 28/8/2018 (e-STJ, fl. 1).

Às fls. 311-313 (e-STJ), o Desembargador relator declinou da competência e ordenou a remessa dos autos a esta Corte.

Ocorre que a Corte Especial, na sessão realizada em 6/4/2016, concluiu o julgamento da Questão de Ordem nos AgRg's nas Rcl's n. 17.980/SP e 18.506/SP, tendo deliberado que "caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e

a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Para materializar essa decisão, foi editada a Resolução STJ/GP n. 3, que expressamente dispôs caber ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento das reclamações que lhe foram distribuídas anteriormente a sua publicação, ocorrida em 8/4/2016, o que não é o caso dos autos.

Aliás, a Resolução n. 12, de 14/12/2009, que disciplinava o processamento das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência deste Tribunal, foi expressamente revogada pelo art. 4º da Emenda Regimental n. 22, de 16/03/2016.

De se ver, ainda, que a reclamação constitucional, prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal, é um remédio destinado a preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou a garantir a autoridade de suas decisões, sempre que haja indevida usurpação de sua competência por parte de outros órgãos jurisdicionais, não se confundindo, assim, com aquela outrora regulada na Resolução n. 12/2009, a qual, como dito alhures, não mais vigora.

Por fim, cumpre ressaltar que, ao apreciar a Questão de Ordem nos AgRg nas Rcl's n. 17.980/SP e 18.506/SP, posteriormente materializada na Resolução STJ/GP n. 3, a Corte Especial do STJ atentou-se para as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, notadamente para o disposto nos arts. 927, III e IV, e 988 a 993, consoante se extrai expressamente dos debates e dos votos proferidos.

Logo, por essas razões, imperioso o encaminhamento deste reclamo ao tribunal doravante competente para o julgamento.

Ante o exposto, não conheço da reclamação.

Devolvam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

